

EM 2023

Sem reforma, dívida do país será maior que PIB

Dívida pode ir a 102,3% do PIB, o que dificultará pagamentos de salários e aposentadorias

▲ Um estudo do governo estima que, se a reforma da Previdência não for aprovada, o nível de endividamento do Brasil será maior que o tamanho da economia nacional. O cálculo da dívida pública como proporção do PIB é um dos mais observados pelo mercado financeiro,

porque indica a capacidade de pagamento de um país.

O indicador cresce quando o dinheiro da arrecadação de impostos e contribuições não é suficiente para pagar as despesas do setor público, como saúde, educação e gastos com pessoal - o que tem ocorrido nos últimos anos. Assim, o governo precisa tomar emprestado do mercado financeiro para cumprir essas obrigações.

No ano passado, a dívi-

da pública ficou em 77,1% do PIB. Em 2013, essa proporção era de 51,5%. De acordo com a estimativa da equipe econômica, esse número chegará a 102,3% em 2023, se as regras de aposentadoria forem mantidas. Só em 2018, o déficit da Previdência, incluindo servidores e profissionais do setor privado, ultrapassou os R\$ 285 bilhões.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afir-

mou que o governo federal já poderia contar com 260 votos para aprovar a proposta de emenda constitucional (PEC) na Câmara dos Deputados. Segundo o ministro, a PEC já teria 160 votos "declarados" a favor da reforma da Previdência.

"O Onyx Lorenzoni, ministro-chefe da Casa Civil, tem uma conta que chega a 260", afirmou Guedes, durante palestra que se estendeu por 57 minutos, no seminário "A Nova Economia Liberal", na Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio. (Com agências)

Forças Armadas: Marinho vai considerar “peculiaridades”

▲ O secretário especial de Previdência Social, Rogério Marinho, afirmou que é preciso haver equidade de tratamento entre militares e civis na reforma da Previdência. E, na sua avaliação, tratar de forma diferenciada os desiguais é uma forma de igualdade. “As Forças Armadas têm peculiaridades nas suas carreiras que serão levadas em consideração”, disse o secretário em evento promovido pela FGV, no Rio.

O projeto de lei que estabelece mudanças no sistema de benefícios dos militares reformados deve ser encaminhado semana que vem ao Congresso. Ele mantém uma série de privilégios, como o valor do benefício igual ao último salário da ativa (integralidade) e introduz novos, como a garantia de que a categoria terá reajuste anual. Bombeiros e policiais militares seguirão as regras das Forças Armadas.